

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 12



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 12. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2025.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-140-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Capítulo 7

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR PARA A CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR PARA A CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE ROLE OF THE SCHOOL MANAGER IN SOCIOENVIRONMENTAL AWARENESS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Andelita Vieira Macena¹

Elizângela Carla Beserra da Fonseca²

Evaristo Valdemiro Sakamuengo³

João Deoclécio dos Santos⁴

José Evangelista da Silva⁵

Resumo: A globalização tem se mostrado um fenômeno que impacta diretamente nas formas de produzir, de viver e, sobretudo, nas relações do homem com o meio ambiente devido às novas relações socioeconômicas advindas do sistema capitalista. Aliado a esse contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se popularizam fazendo surgir padrões de consumo que geram maior quantidade de insumos que são constantemente descartados inadequadamente pela população, poluindo o meio ambiente e contribuindo com a degradação dos recursos naturais. Nesse contexto, a questão ambiental perpassa pela conscientização das pessoas com relação à necessidade do consumo sustentável e a adoção de práticas sustentáveis com relação ao cuidado e à preservação do meio

1 Mestranda em Educação pela Veni Creator Christian University

2 Mestranda em educação com especialização em TIC na Educação pela Universidad del Atlântico (UNEATLÂNTICO)

3 Mestrando em educação com especialização em TIC na Educação pela Universidad del Atlântico (UNEATLÂNTICO)

4 Mestranda em educação com especialização em Organização e gestão em centros educativos pela Universidad del Atlântico (UNEATLÂNTICO)

5 Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade del Sol – UNADES, Assunção, Paraguai



ambiente. Desta forma, o presente artigo tem por objetivo geral, apresentar reflexões sobre a educação para a sustentabilidade como forma de conscientização socioambiental de estudantes da educação básica e, mais especificamente, o papel do gestor escolar no tocante à efetivação da formação dos estudantes para a sustentabilidade. Para tanto, foi realizado, um estudo com enfoque bibliográfico e qualitativo, cuja metodologia consistiu em revisitar os teóricos que abordam a temática.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Educação para a sustentabilidade; Conscientização socioambiental; Papel do gestor escolar.

Abstract: Globalization has proven to be a phenomenon that directly impacts the ways of producing, living and, above all, the relationship between man and the environment due to the new socioeconomic relationships arising from the capitalist system. In addition to this context, Information and Communication Technologies (ICT) have become popular, giving rise to consumption patterns that generate a greater quantity of inputs that are constantly discarded inappropriately by the population, polluting the environment and contributing to the degradation of natural resources. In this context, the environmental issue involves raising people's awareness of the need for sustainable consumption and the adoption of sustainable practices with regard to the care and preservation of the environment. Thus, this article has the general objective of presenting reflections on education for sustainability as a way of raising socio-environmental awareness among basic education students and, more specifically, the role of school administrators regarding the effective training of students for sustainability. To this end, a study with a bibliographic and qualitative focus was carried out, whose methodology consisted of revisiting the theorists who address the topic.

Keywords: Sustainable development; Education for sustainability; Socio-environmental awareness; Role of the school manager.



INTRODUÇÃO

A sociedade humana estabeleceu com os primórdios uma relação de subsistência com a natureza e com o meio ambiente. Esse fato se modificou a partir do interesse do homem em acumular recursos materiais, mudando seus padrões de consumo e, conseqüentemente, sua relação com a natureza e com o meio em que vive e, que aos poucos, tomou proporções mundiais.

A partir disso, a relação de consumo baseada na subsistência deu lugar à acumulação de recursos materiais, construindo um padrão de consumo que passou a ser adotado globalmente. Conforme Dias (2015) a globalização teve início ainda no século XVI. Isso porque no contexto europeu, já havia a percepção de exploração de recursos naturais e sua comercialização no comércio exterior, fato que se dava por meio das navegações europeias e o contato com novas nações. (Dias, 2015)

Posteriormente, a Revolução Industrial ampliou a expansão ampliou os meios de produção que passou a ser realizada em larga escala, resultando em impactos negativos para o meio ambiente. (Dias, 2015). Nesse contexto, surgiu a preocupação com as questões ambientais por meio da organização de reuniões internacionais e o surgimento de órgãos e políticas públicas que visaram a conciliação entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente. (Barbieri e Silva, 2011)

Embora, as grandes corporações possuam um papel significativo com relação à poluição e degradação do meio ambiente, é preciso compreender que os referidos ambientais ocorrem mediante a valores construídos socialmente e que norteiam as formas de consumo e de se relacionar com o meio ambiente. Esse fato é percebido à medida que os indivíduos consomem os recursos naturais bem como descartam insumos no meio ambiente, cooperando direta ou indiretamente com a degradação dos recursos naturais essenciais às futuras gerações.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que a efetivação do Desenvolvimento Sustentável (DS) perpassa pela conscientização socioambiental dos indivíduos, envolvendo, portanto, uma Educação Ambiental (EA) numa perspectiva crítica, emancipatória e transformadora. Essa



concepção está fundada na atual percepção de formação discente voltada para a educação numa perspectiva integral, sendo a EA inserida no contexto da formação para a participação social e para o exercício da cidadania.

Aliado a isso, a educação na atualidade tem sua organização fundamentada na visão democrática de gestão escolar, relacionando a atuação do gestor escolar aos resultados da formação dos estudantes. Assim, o presente artigo tem como objetivo geral, identificar o papel do gestor para a conscientização socioambiental e práticas sustentáveis por parte de estudantes no contexto da gestão democrática em escolas de educação básica. A motivação da pesquisa se deu devido às lacunas acadêmicas encontradas no que tange a abordagem do tema escolhido.

Além disso, o problema de pesquisa é representado pelo questionamento “Qual é o papel do gestor escolar no processo de conscientização socioambiental dos estudantes e da efetivação de práticas inerentes ao desenvolvimento sustentável no âmbito escolar?” Como perguntas de pesquisa, temos: “Quais foram os fatores sociais e históricos que cooperam com as preocupações relativas à preservação ambiental a nível global?”; “Qual é a relação entre globalização e desenvolvimento sustentável e qual é a origem desses conceitos?”; “Qual o percurso histórico deu origem à concepção de Educação Ambiental numa perspectiva emancipatória e transformadora?”; De que forma, o gestor escolar coopera com a efetivação da formação discente alinhada à conscientização socioambiental e ao desenvolvimento sustentável?”.

No tocante à relevância da pesquisa, o presente estudo se destaca por propiciar reflexões sobre o papel do gestor escolar na formação de estudantes numa perspectiva integral e, especificamente, no desenvolvimento da conscientização socioambiental e a adoção de práticas sustentáveis, fato que reflete a originalidade e relevância teórica do presente estudo. Sobre os a metodologia optou-se por realizar estudo bibliográfico correlacionando o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e a percepção de Educação Ambiental numa perspectiva emancipatória.



GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM BREVE HISTÓRICO

Na história da humanidade, os homens sempre viveram em sociedade, fato que os delegou a necessidade de construir uma forma de se organizar socialmente bem como um modo de compreender e de consumir os recursos naturais disponíveis. Contrariamente ao que ocorria com os nativos, os homens passaram a utilizar os recursos naturais, visando a lucratividade, algo que resultou na disseminação de valores sociais, econômicos e formas distintas de se relacionar com o meio ambiente.

Sob esse aspecto, Dias (2015) considera que o interesse do homem pelo lucro teve início ainda, no século XVI, época em que surgiram as grandes navegações realizadas pelas nações europeias. Nesse período histórico, era comum, a realização de viagens marítimas, tendo em vista, conhecer novas terras e explorar os recursos naturais, visando a comercialização no mercado exterior.

A partir disso, houve a disseminação de uma nova forma de compreender o mundo e com base em valores socioeconômicos relacionados à lucratividade e ao consumo e que tomaram proporções mundiais. Ao refletir sobre essa mudança de perspectiva, Marx (1872 apud Dias, 2015) considera que a globalização pôde ser percebida, sobretudo, a partir da Primeira Revolução Industrial, período em que houve a ampliação da produção e do consumo.

Além disso, a processo de globalização envolveu distintas fases, atingindo ao mesmo tempo, várias esferas sociais. (Dias, 2015) Assim, a globalização se deu por meio do avanço da mercantilização no século XVI, da tecnologia no período da guerra fria, nos fluxos de investimentos ocorridos a partir da década de 70 e pela flexibilização da mão de obra e da produção ocorrida recentemente. (Dias, 2015)

Somado a isso, a revolução tecnológica modificou as formas de viver, de produzir, de consumir, de se comunicar e de negociar, gerando ao mesmo tempo, um contexto de exclusão social. (Dias, 2015) Nesse sentido, a globalização é um processo histórico e social que abalou as referências sociais e mentais das pessoas e das coletividades por meio de novas formas de sociabilidade imposta pelo novo contexto social do capitalismo e das tecnologias digitais. (Dias, 2015) A partir disso,



Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, [...] ou adquirir outros sentidos. Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. (Dias, 2015, p. 17)

Nesse sentido, a globalização, sobretudo, por meio da popularização das tecnologias digitais promovem o compartilhamento de ideologias, estilos de vida e valores, promovendo uma interconexão entre indivíduos de todo mundo. (Dias, 2015) Por outro lado, a industrialização repercutiu em uma crise das forças de trabalho aliada à redução da qualidade de vida dos trabalhadores e, a consequente desigualdade social. (Dias, 2015)

Somado a isso, a globalização advinda do sistema neoliberal, ao produzir a exclusão social, inserem os indivíduos de classes sociais menos favorecidas em contextos ambientais contrários ao conservadorismo ambiental devido à necessidade de sobrevivência. (Dias, 2015) Sob esse aspecto, a desigualdade social advinda do processo de desenvolvimento econômico e social favorece a marginalização dos indivíduos que residem próximo a lixões, a indústrias, a áreas com alta declividade e a margens de cursos d'água, tornando essas pessoas mais vulneráveis a riscos ambientais que as demais. (Novicki; Maccariello, 2002 apud Dias, 2015)

Além disso, por meio do desenvolvimento econômico, social e urbano, surgem novas tecnologias para a aceleração dos cultivos dos alimentos e produção em massa, além da exploração de recursos renováveis e não renováveis e a contaminação do ambiente por meio de substâncias químicas tóxicas. (Ocampo, 2003 apud Dias, 2015)

Nesse contexto, surgiu a preocupação com a necessidade de conciliar o desenvolvimento social e econômico com a preservação do meio ambiente. Isso se deu ainda, na década de 60, devido às frequentes notícias sobre calamidades ambientais, fato que impulsionou as discussões sobre os impactos negativos causados ao meio ambiente, surgindo o conceito de ecodesenvolvimento. (Sá, 2007) Além disso, verificou-se à época, que os níveis de produção e de consumo no contexto das



sociedades industrializadas não eram compatíveis com os recursos naturais disponíveis. (Sá, 2007)

Portanto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável datam de documentos que surgiram no contexto das políticas públicas para a preservação do meio ambiente, sendo posteriormente, ampliado para uma compreensão ampla e que envolve a dimensão socioeconômica e o modelo de desenvolvimento vigente. (Mota et al., 2005 apud Sá, 2007)

Com isso, o conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a ser relacionado à ideia de reestruturação e redução da exploração dos recursos naturais por parte das grandes corporações, sendo compreendido como uma ameaça aos lucros das empresas de grande porte. (Moffat, 1995 apud Sá, 2007). Por isso, as ideias do ecodesenvolvimento não foram a princípio, suficientes para modificar o posicionamento da sociedade em relação ao meio ambiente. (Moffat, 1995 apud Sá, 2007)

Sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como conhecemos atualmente, Sá (2007) afirma ter surgido no final da década de 80 por meio do relatório de Brundtland. Nesse contexto, WCED (1987 apud Sá, 2007, p. 18) explica que o documento mencionado define o DS “[...] como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas”, possibilitando o crescimento econômico aliado à manutenção dos recursos naturais necessárias às futuras gerações.

Sob esse aspecto, o conceito de DS é compreendido na atualidade, a partir de uma perspectiva ampla e envolve as relações entre os indivíduos e entre esses e a natureza, envolvendo, sobretudo, aspectos econômicos, ambientais e sociais. (UNESCO, 2004 apud Sá, 2007) No tocante aos aspectos relativos à sociedade, o DS parte do pressuposto da valorização de sistemas democráticos e participativos por meio do qual os conflitos são solucionados de a parte do consenso entre os interessados. (UNESCO, 2004 apud Sá, 2007)

No tocante ao meio ambiente, Sá (2007) compreende que DS pressupõe a necessidade de conscientização sobre a finitude dos recursos naturais e dos efeitos que as ações humanas podem desencadear sobre ele. Desse modo, o conceito de DS sugere o alinhamento das preocupações socioambientais às políticas sociais e econômicas. (Sá, 2007) Nesse sentido, é preciso que haja uma



conscientização acerca dos limites do crescimento econômico e seus impactos no ambiente, aspecto que reflete em consumos sociais e pessoais, tendo em vista, a sustentabilidade e a preocupação com o meio ambiente. (Sá, 2007)

Nesse enxerto, o DS reúne os domínios social, econômico e ambiental, tendo em vista, a valorização do conhecimento conceitual, atitudinal e valorativo bem como a participação consciente de todos os indivíduos nas soluções de problemas que atingem a humanidade como um todo. (UNESCO, 2004 apud Sá, 2007)

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA E TRANSFORMADORA

Na sociedade humana, as interações dos homens com o meio ambiente sempre existiram, sendo a própria condição de sua existência. Esse fato pode ser percebido, pois o ser humano a todo momento utiliza os recursos naturais para suprir suas necessidades seja por meio do ar que respira, da ingestão da água, dos alimentos que consome ou mesmo do espaço físico utilizado nas interações sociais com seus semelhantes. (Guimarães, 2009 apud Barbosa et al., 2019)

Sob esse aspecto, Carvalho et al. (2013 apud Barbosa et al., 2019) o meio ambiente vem sofrendo intervenções devido à retirada de recursos naturais em meio à busca pela sobrevivência. Todavia, com o aumento populacional e o advento do sistema capitalista, o uso dos recursos naturais tornaram-se desproporcionais aqueles existentes no meio ambiente. Assim, a relação de exploração dos recursos naturais para a subsistência foi modificada, resultando em impactos negativos ao meio ambiente. (Lucena e Freire, 2018 apud Barbosa et al., 2019)

A partir disso, o Desenvolvimento Sustentável (DS) surge devido à necessidade de compreendermos os problemas ambientais numa perspectiva global, buscando fazermos o nosso papel no tocante à preservação do meio ambiente. Nesse contexto, o DS tem como objetivo, favorecer relações saudáveis entre o homem e o meio ambiente, buscando assegurar a preservação dos recursos



naturais necessários às gerações vindouras. (Geraldo e Pinto, 2019) Para tanto, é necessário que o consumo dos recursos naturais e a própria maneira de se relacionar com o meio ambiente sejam fundamentados na prática da sustentabilidade, sendo descrita por Sachs (1986 apud Silva e Teixeira, 2019) como

[...] a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança e respeito a outras culturas; e a elaboração de programas de educação. (Sachs, 1986 apud Silva e Teixeira, 2019, p. 2-3)

Portanto, percebe-se que a efetivação da sustentabilidade está atrelada à existência de condições para uma vida digna e ao mesmo tempo, alinhada aos preceitos de preservação do meio ambiente. Assim, o Desenvolvimento Sustentável depende da atuação política para a garantia de emprego, segurança e respeito à diversidade, mas também o empenho da população em prol da conservação dos recursos naturais, fatos que exigem uma educação para a conscientização ambiental. (Sachs, 1986 apud Silva e Teixeira, 2019)

De acordo com Barbieri e Silva (2011), a percepção de Educação Ambiental (EA) relacionada ao Desenvolvimento Sustentável (DS) surgiu com a criação da Unesco no ano de 1946, órgão criado no pós guerra com o objetivo inicial de criar condições para restabelecer a paz no mundo. Diante disso, foi realizada, a Conferência sobre a Biosfera na capital francesa, em 1968, tendo como intuito, a promoção de valores humanos no tocante à prática de boas relações entre o homem e o meio ambiente em todo o mundo. (Barbieri e Silva, 2019)

Posteriormente, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (CNUMAH) foi realizada na década de 70, em Estocolmo com o objetivo de criar a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. (Barbieri e Silva, 2011) Esse documento teve como objetivo, definir 26 princípios para a construção de um ambiente que contenha os aspectos humanos e naturais fundamentais ao bem estar e à efetivação dos direitos fundamentais. (Barbieri e Silva, 2011)



Ao mesmo tempo, na Conferência de Estocolmo, foram apresentadas 110 resoluções envolvendo dentre outras ideias, a necessidade de implementar a Educação Ambiental numa perspectiva interdisciplinar, visando o preparo do homem para o convívio harmônico com o meio ambiente. (Barbieri e Silva, 2011) Para atender a esse objetivo, foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), visando o compartilhamento de ideias, informações e experiências no tocante à implementação da EA entre as distintas nações do mundo, desenvolver e avaliar os materiais didáticos utilizados no ensino de EA, promover o treinamento de pessoal e assistir aos Estados membros das Nações Unidas com relação à implementação de políticas públicas em EA. (Barbieri e Silva, 2011)

Somado a isso, o PIEA realizou o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental por meio do qual surgiu a Carta de Belgrado, um documento que estabeleceu metas com relação à EA. (Barbieri e Silva, 2011) Para tanto, o documento mencionado tinha como objetivo, viabilizar melhorias nas relações entre os seres humanos e entre esse e o meio ambiente, cooperando ao mesmo tempo, com a conscientização e a motivação para a participação individual e coletiva na busca pelas soluções de problemas ambientais. (Barbieri e Silva, 2011)

Nesse contexto, no ano de 1997, foi realizada, a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade na cidade de Tessalônica na Grécia, por meio da qual surgiu a Declaração de Tessalônica. (Barbieri e Silva, 2011) Esse documento reconheceu a pertinência das recomendações realizadas pela Carta de Belgrado e outros documentos internacionais, todavia, não considerou os resultados no tocante à efetivação da EA como suficientes. (Barbieri e Silva, 2011)

Além disso, a Declaração de Tessalônica considerou a educação como um instrumento eficiente para alcançar os objetivos inerentes à efetivação do DS, (UNESCO, 1997 apud Barbieri e Silva, 2011) Considera ainda, que a sustentabilidade está relacionada tanto à educação como a consciência pública, abrangendo conceitos relativos ao meio ambiente, à desigualdade social, à população à saúde, à democracia, aos direitos humanos e à paz mundial. (Barbieri e Silva, 2011) Por isso, a Declaração de Tessalônica defende que a sustentabilidade deve ser compreendida numa



perspectiva interdisciplinar, considerando os contextos locais e globais. (UNESCO, 1997)

Para tanto, as políticas públicas devem atuar no tocante ao estímulo e apoio à adequação dos currículos escolares à nova realidade de conscientização socioambiental. (UNESCO, 1997 apud Barbieri, 2011) Além disso, como fortalecer os programas de formação continuada e o intercâmbio de práticas pedagógicas inovadoras entre as instituições ligadas aos diferentes sistemas de ensino bem como a elaboração de programas de conscientização socioambiental fundamentados em informações atualizadas sobre a realidade ambiental.

O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Educação Ambiental pode ser compreendida como a relação do homem com a natureza, visando ao mesmo tempo, o usufruto dos recursos naturais e a preservação desses para as gerações futuras. Conforme Gomes de Souza (2011 apud Oliveira, 2014), o homem primitivo mantinha uma relação de subsistência com o meio ambiente, extraíndo o essencial para a sua sobrevivência e transmitindo aos filhos, os saberes necessários à sua preservação.

Todavia, esse cenário começou a se modificar a partir do surgimento das indústrias e o êxodo das pessoas que residam em áreas rurais às grandes cidades em busca de ascensão socioeconômica. (Oliveira, 2014) Nesse contexto, o referido período representou progresso, mas também impactos negativos significativos com relação ao meio ambiente, sobretudo, por meio do aumento da poluição mundial e a exploração exacerbada dos recursos naturais. (Oliveira, 2014)

A partir disso, reconheceu-se a necessidade da implementação de políticas públicas que cooperassem com o estabelecimento de metas que permitissem alinhar o desenvolvimento socioeconômico à preservação dos recursos naturais para as gerações posteriores a nível mundial. (Oliveira, 2014) Nesse contexto, surgiram as Conferências e acordos internacionais entre países participantes da Organização das Nações Unidas que acabaram por reconhecer o acesso a um



ambiente sustentável como um direito humano. (Oliveira, 2014)

Para tanto, é preciso que haja uma conscientização com relação à temática ambiental e à adoção de uma nova postura diante dos problemas ambientais. Assim, a escola pode ser compreendida como a principal responsável por favorecer a consciência ambiental nos estudantes. (Oliveira, 2014) A partir disso, desenvolvem-se práticas pedagógicas nas quais a Educação Ambiental (EA) seja ensinada numa perspectiva crítica e emancipadora seja efetivamente inserido no currículo escolar. De acordo com Gadotti (2013 apud Lopes, 2014) na atualidade, há a participação popular na implementação dos projetos pedagógicos, permitindo uma formação discente contextualizada e significativa.

Para tanto, Oliveira (2014) considera ser essencial que os alunos despertem o interesse para o assunto, sendo os gestores escolares, parte relevante nesse processo. Esse é uma condição importante para a educação transformadora e emancipadora, tendo em vista que a partir disso, o sujeito passa a adquirir consciência sobre os direitos e deveres e, conseqüentemente, condições para o exercício da cidadã. (Oliveira, 2014). Assim, por meio do ensino em Educação Ambiental, os estudantes desenvolvem a conscientização sobre os impactos negativos ao meio ambiente, passando a compreender os direitos a um meio ambiente equilibrado e os deveres imbricados na sua efetivação.

Nessa perspectiva, Oliveira (2014) compreende que a escola precisa ofertar o conhecimento para posteriormente exigir os cumprimentos dos deveres cidadãos, atuando, assim, no processo de formação ambiental e cidadã dos discentes. Deste modo, o foco inicial precisa está nos gestores escolares para posteriormente, ser inserido, de fato, nas salas de aula e exige o envolvimento de toda a equipe escolar. (Oliveira, 2014) Assim, o corpo diretivo, o pessoal de apoio e os educadores precisam se envolver na temática, aprofundar os saberes, definir os objetivos educacionais e formativos, para então, desenvolver uma proposta pedagógica inovadora que o contemple. (Oliveira, 2014)

Para tanto, é necessário desenvolver a temática de forma contextualizada. Assim, cabe à escola conhecer a história do meio ambiente e como se deu a conscientização do homem com relação à sua responsabilidade diante dos danos causados ao meio ambiente, sobretudo, após o período industrial. (Oliveira, 2014) Para tanto, é necessário que os alunos se habituem a termos inerentes ao tema, a



fim de compreender os conceitos de camada de ozônio, efeito estufa, desmatamento, desertificação, chuvas ácidas e extinção de espécies animais e vegetais. (Boulos Júnior, 1998 apud Oliveira, 2014) Além disso, é preciso associar esses termos à realidade ambiental em que a instituição escolar está situada. (Boulos Júnior, 1998 apud Oliveira, 2014)

Nesse sentido, podemos compreender que a Educação Ambiental (EA) numa perspectiva emancipadora está relacionada ao ensino contextualizado da temática, de modo a viabilizar o conhecimento da realidade ambiental local por parte dos estudantes. Deste modo, é essencial que os professores se interessem pelo tema e busquem aprofundar seus conhecimentos, não sendo na percepção de Oliveira (2014) inadmissível os educadores permaneçam como expectadores diante dos impactos ambientais irreversíveis que acontecem em todo o mundo. Portanto, os docentes devem exercer seu papel na formação da conscientização socioambiental dos estudantes.

No tocante ao papel dos gestores, Lopes (2014) considera que os gestores escolares possuem um papel relevante no sentido de incentivar práticas de Educação Ambiental em todo o espaço escolar, tendo como parâmetros, as proposições dispostas pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Segundo Oliveira (2014), os gestores escolares devem difundir formações continuadas com materiais didáticos adequados bem como mobilizações e conferências de meio ambiente na instituição escolar por meio de coletivos jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental (EA) é uma temática que tem se mostrado urgente na atualidade, sobretudo, no contexto da formação discente para o exercício da cidadania. Isso se deve ao fato de que as leis reconhecessem o direito ao ambiente equilibrando, implicando assim, no atendimento a deveres, tendo em vista, o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Nesse contexto, a educação formal tem se considerada como principal responsável na formação discente necessária à conscientização socioambiental e à mudança de postura com relação



à preservação do meio ambiente. (Oliveira, 2014) Para tanto, se faz necessário que toda a comunidade escolar reconheça a importância de abordar a temática no ambiente escolar de forma contextualizada, crítica e emancipatória.

Portanto, é essencial, que os professores se juntem ao corpo diretivo e demais membros da comunidade escolar, a fim de definir os objetivos formativos bem como debater as melhores estratégias metodológicas para a inserção da Educação Ambiental (EA) que percuta em adoção de práticas ambientais que visem à preservação do meio ambiente por parte dos discentes em seu cotidiano. (Oliveira, 2014)

Para tanto, os gestores escolares exercem uma função relevante no sentido de motivar os educadores à inserirem a Educação Ambiental (EA) emancipadora em suas práticas pedagógicas, sobretudo, por meio das proposições apontadas pelo MEC para o ensino de EA na atualidade. Assim, cabe à equipe gestora, difundir formações sobre a temática entre o corpo docente, estabelecer parcerias com coletivos jovens que promovam ações ambientais, a fim de trazer essas mobilizações para o contexto escolar, cooperando, com a conscientização ambiental de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS:

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 12, p. 51-82, 2011.

BARBOSA, Mônica Valéria Gomes et al. Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável: Educação Ambiental Crítico-dialógica com a Oficina Conhecendo os 17 ODS. In: X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Fortaleza/CE. Novembro de. 2019.

DE OLIVEIRA, Frankinelly Assis Moreira. O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR PARA UMA UNIDADE DE ENSINO DA CIDADE ESTRUTURAL. 2014.



DIAS, Marco Antonio. Globalização, desenvolvimento sustentável e o meio ambiente: forças desproporcionais. Refas-Revista Fatec Zona Sul, v. 1, n. 3, p. 13-22, 2015.

GERALDO, Genilson; DE SOUZA PINTO, Marli Dias. Percursos da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 24, n. 2, p. 373-389, 2019.

LOPES, Eralda Tenório. O papel dos gestores na promoção da Educação Ambiental no contexto escolar. Monografia sob orientação da Professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva e do Professor monitor-orientador Mestre Evanilson Araújo Santos. Brasília (DF), julho, 2014.

SÁ, Susana Marques. Educação Diversidade linguística e Desenvolvimento Sustentável. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro (Portugal).

SILVA, Carlos Eduardo Marques da; TEIXEIRA, Simone Ferreira. Educação Ambiental no Brasil: reflexões a partir da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2005-2014). Educação UFSM, v. 44, 2019.



